



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

MF - Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 26 / 10 / 2001  
Rubrica

**Processo : 13702.000102/99-46**  
**Acórdão : 201-74.916**  
**Recurso : 115.584**

**Sessão : 21 de junho de 2001**  
**Recorrente : CENTRO EDUCACIONAL FERREIRA CARVALHO LTDA. - ME**  
**Recorrida : DRJ no Rio de Janeiro - RJ**

**SIMPLES – INCONSTITUCIONALIDADE – A** apreciação de inconstitucionalidade de norma tributária é matéria de competência exclusiva do Poder Judiciário. **OPÇÃO – Creche, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental, legalmente constituídos como pessoa jurídica, poderão optar pelo SIMPLES nos termos do art. 1º da Lei nº 10.034, de 24/10/2000. Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: **CENTRO EDUCACIONAL FERREIRA CARVALHO LTDA. - ME**

**ACORDAM** os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2001

**Jorge Freire**  
**Presidente e Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros **Luiza Helena Galante de Moraes, Rogério Gustavo Dreyer, Serafim Fernandes Corrêa, Gilberto Cassuli, José Roberto Vieira, Antonio Mário de Abreu Pinto e Sérgio Gomes Velloso**

Eaal/ovrs



**Processo** : 13702.000102/99-46  
**Acórdão** : 201-74.916  
**Recurso** : 115.584

**Recorrente** : CENTRO EDUCACIONAL FERREIRA CARVALHO LTDA. - ME

## RELATÓRIO

Discute, nos presentes autos, a lavratura do ATO DECLARATÓRIO referente à comunicação de exclusão da Sistemática de Pagamento dos Tributos e Contribuições denominada SIMPLES, nos termos da Lei nº 9.317/96, artigos 9º ao 16, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732/98, no tocante à vedação da opção à pessoa jurídica prestadora de serviços profissionais de professor ou assemelhado.

Irresignada com a sua exclusão da sistemática do SIMPLES, a interessada oferece sua impugnação, às fls. 01/03, alegando que não existem nas Leis nºs 9.311/96 e 9.732/98 e na IN SRF nº 74/96, quaisquer elementos que possibilitem a sua exclusão da sistemática do SIMPLES.

O Delegado da Receita Federal de Julgamento do Rio de Janeiro - RJ, através da Decisão, às fls. 21/24, indeferiu o referido pleito por não poderem optar pelo SIMPLES as pessoas jurídicas que vendam ou prestem serviços relativos à profissão de professor ou assemelhados, uma das atividades expressamente vedadas pelo inciso XIII do artigo 9º da Lei nº 9.317/96.

Inconformada, recorre a interessada, em tempo hábil, a este Conselho de Contribuintes, reportando-se às mesmas alegações expendidas na peça impugnatória.

É o relatório.



Processo : 13702.000102/99-46  
Acórdão : 201-74.916  
Recurso : 115.584

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR JORGE FREIRE

O recurso cumpre todas as formalidade legais necessárias para seu conhecimento.

Em relação à inconstitucionalidade argüida é pacífico o entendimento deste Colegiado de que não compete à autoridade administrativa sua apreciação, prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário.

No mérito o art. 1º, da Lei nº 10.034, de 24/10/2000, assim dispõe:

*“Art. 1º Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem às seguintes atividades: creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental.”*

Na análise do ato constitutivo - em seu objetivo social - (alteração de contrato social de fls. 09/12), verifica-se que a recorrente se enquadra na exceção criada pela citada Lei nº 10.034/2000.

A IN SRF nº 115, de 27/12/2000, que disciplina a matéria, estabelece no § 3º do art. 1º:

*“Art. 1º (omissis)*

*§ 3º Fica assegurada a permanência no sistema das pessoas jurídicas mencionadas no caput, que tenham efetuado a opção pelo SIMPLES anteriormente a 25 de outubro de 2000 e não foram excluídas de ofício ou, se excluídas, os efeitos da exclusão ocorreriam após a edição da Lei nº 10.034, de 2000, desde que atendidos os demais requisitos legais.”*

Portanto, lei nova autoriza a recorrente a integrar o sistema de tributação especial denominado SIMPLES.

Pelo exposto, voto no sentido de dar provimento ao recurso.

Sala das Sessões em, 21 de junho de 2001

JORGE FREIRE